

Imposto sobre renda será reformado com cautela, diz Haddad

Fernando Haddad
Imposto sobre renda será reformado com cautela, não vamos ter pressa

Questionado sobre elevação de tributos em 2024, ministro afirma que está corrigindo distorções e promovendo 'republicanização'



Fernando Haddad, 60. Ministro da Fazenda desde janeiro, graduou-se em direito e é mestre em economia e doutor em filosofia, sempre na USP. Foi ministro da Educação de Luiz Inácio Lula da Silva (2005-2012) e prefeito de São Paulo (2013-2017). Foi candidato derrotado à presidência da República em 2018 e a governador de SP em 2022. É casado com Ana Estela Haddad, com quem tem dois filhos.

ENTREVISTA

Mônica Bergamo

São Paulo Eliogildo no mercado financeiro entre o empresário, por causa da Reforma Tributária e do arcabouço fiscal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT-SP), afirma que a decisão sobre a segunda etapa da mesma reforma, que se propõe a mover em direção ao patrimônio, enfrentará resistências muito maiores de setores que hoje o aplaudem.

Mas não vamos divulgar os dados", afirma. "Como um país com tanta desigualdade social, é impossível não ter uma taxa de desigualdade de renda que seja alta. Mas a pergunta é: qual é a primeira etapa da reforma já equivalente ao Plano Real do terceiro governo de Lula, comparando a média com o controle da inflação no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Mas admite que o desafio é grande: o próprio Tesouro Nacional vê a necessidade de arrecadação extra de R\$ 162,4 bilhões para que o governo cumpra um dos seus compromissos: o de zerar o déficit público em 2024. Questionado se não teme que aumentar impostos, ou cortar investimentos, afirme que o governo buscará "corrigir distorções abor- das do sistema tributário" para cumprir a meta, apontando como exemplo "o escudo patrimonialista dos mais ricos e a falta de regras que beneficiavam empresas no julgamento de suas dívidas com a Receita Federal".

Estamos promovendo a republicanização do estado brasileiro", afirma o ministro. Ele diz ainda que a taxação

da distribuição de lucros e dividendos, que pode atingir a classe média, será discutida com "cautela". E reafirma que o Banco Central tem dificuldade de crescimento do país ao manter as taxas de juros em patamares altos. "Mas, de um dia, acordar".

Pesquisa recente da Quaresma mostrou que a sua avaliação positiva, que era de 76%, saltou para 63%. O senhor sempre prefere fazer entrevistas com a elite econômica brasileira, definindo-a como "Classe Grande" e "dinâmica" ou "Bolsanero"? Quem mudou? O senhor ou eles? O Brasil é um país traído. A natureza da nossa sociedade é violenta, embora nem sempre isso seja admitido e verbalizado. Hoje, uma mudança social importante no país (na última década), novos promotores chegaram aos altos escalões do Estado brasileiro, graças ao maior acesso às universidades, entre outras conquistas. É a ascensão do Bolsanero foi de certa forma uma reação ao fato de as portas se abrirem a quem nunca se sentou à mesa.

No Brasil a classe dominante sempre resistiu à formação de uma classe dirigente independente de interesses particulares de setores e grupos específicos, como ocorre em países ricos e desenvolvidos. Também é verdade que a classe dirigente imperial entregou o Estado brasileiro à classe dominante como indenização pelo fim da escravidão.

Seria bom para o país que tivéssemos uma classe dirigente no país, plural, e que pudesse convergir a floresta, sob diversos pontos de vista,

não apenas as árvores. Toda vez que há real alternância de poder no Brasil, ocorre essa tensão porque a classe dominante se sente expatriada de algo que pensa que é dela, que é o Estado brasileiro.

Mas neste momento não há tensão, apenas elogios. A reforma foi pró-mercado? Bom, alguém, no teu lugar, poderia fazer a pergunta oposta: "Houve aumento real de salário mínimo, correção da tabela do IR, aumento de bolsas de mestrado e doutorado, volta da Milha Casa, Milha Vida. Será que você não está recuperando muito rapidamente os programas sociais do governo Lula?".

Não ver Paid, estamos procurando achar uma linha fina. Acabar com o teto de gastos e uma reforma do mercado? Fazer uma reforma tributária anti-inflação é um projeto-mercado? Tem coisas que se bo- as para todo o mundo, inclusive para o mercado. Nosso desafio é recuperar a taxa que sigrou no mandato anterior do presidente Lula, de que os de baixo ganhem um pouco mais não significa os de cima perderem, significa caminhar na direção de uma sociedade mais equilibrada.

Mas a situação hoje é adversa e é remota a possibilidade de repetir o crescimento de governos anteriores de Lula, quando todos podiam ganhar de fato. Mas o Brasil deve e pode crescer mais. A Reforma Tributária é essencial para isso. É um marco histórico, que já foi comparado, sem exagero, por economistas, como o Plano Real do governo chamado Lula 3. E, de fato, o impacto será da mes-

ma proporção em termos de eficiência econômica. Os investidores não vão esperar cinco anos pelos efeitos dela [referindo-se ao prazo de transição para que as mudanças sejam implantadas]. Eles vão olhar e dizer: "Bom, o país não está em crise. Então, não se resolve o problema".

A segunda parte da reforma deve mexer com patrimônio e renda, ou seja, no bolso. Será possível aprovar? Há dez anos, quando tentou aumentar o IPTU como prefeito de SP, o senhor se disse socialista e agora se diz conservador. É possível ser conservador e socialista ao mesmo tempo? Não, o senhor é socialista por natureza. É uma concepção de sociedade muito diferente da que é gen- te vivo. É lógico que ao longo dos anos eu mudei. Mas meu compromisso com a emancipação das pessoas, de

Então demora bastante, pelo visto. Não, porque já tem muito estudo sobre esse assunto. O Tesouro Nacional divulgou um relatório dizendo que o meta do governo de zerar o déficit primário em 2024 exigirá arrecadação adicional de R\$ 86,4 bilhões e o contínuo crescimento de despesas de R\$ 86,4 bilhões. Mas o governo diz que não há

verdade aumento de impostos e cortes no orçamento. O meta não se cumprirá. Os dados (do Tesouro) estão um pouco superestimados do ponto de vista das despesas, embora o desafio seja grande. Mas o conjunto de medidas que estamos mandando para o Congresso Nacional está muito bem fundamentado. O Carf [referindo-se ao projeto em debate que altera regras dos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, beneficiando o contribuinte] por exemplo, era uma projeção no começo do ano, já é uma certeza. Há vários acordos prestacionados com o Fides [Instituto de Defesa do Investidor] e o Fidec [Fundo de Defesa do Consumidor]. Qual vai ser o dia em que nós vamos olhar para o problema e resolvê-lo?

que cada ser humano merece sentir, projetar um futuro, é um compromisso de vida.

Mas prevê resistências? É claro. Mas nós vamos divulgar os dados. Você acha que um brasileiro que é rico, tem renda no Brasil e dinheiro fora, não tem que pagar pelo rendimento de um fundo offshore? Por quê? Qual é o sentido?

É os fundos exclusivos, em que uma pessoa delega as cotas para os seus descendentes e não paga IR nunca? São coisas que chamam a atenção do mundo sobre o Brasil.

O trabalhador hoje está isento [de IR], graças ao presidente Lula, até R\$ 2.640. Você ganhou R\$ 2.650, já paga. É uma pessoa que ganha R\$ 6,42.000,00 está isenta? Como um país com tanta desigualdade inserir o IR maior na população? Qual vai ser o dia em que nós vamos olhar para o problema e resolvê-lo?

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), vai se empenhar por essa parte da reforma como o fez pela outra? O Congresso Nacional, que vai dar a última palavra, sabe o seguinte: quando você está vivendo um ciclo de bonança, tem para tudo o mundo. Agora não tem. É a sua omissão vai significar uma pessoa a mais com fome.

É justo cortar o salário mínimo do Bolsa Família para manter uma isenção, repito, que não existe nenhum outro lugar, a não ser em países ricos? Há uma expectativa grande sobre a taxação da distribuição de lucros e dividendos, hoje isenta. Isso será revisado? Isso vai ser estudado com mais calma porque não dá para tomar uma medida sem considerarmos os impactos no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Uma parte da classe média se organiza em torno de dois eixos: o primeiro é o de defesa de renda, o segundo é o de defesa de patrimônio. Não dá para fazer de forma atabalhoada. Primeiro porque podemos sair. E segundo porque não podemos perder os resultados que nós desejamos. Nós não vamos ter pressa em relação a isso.

Então demora bastante, pelo visto. Não, porque já tem muito estudo sobre esse assunto.

O Tesouro Nacional divulgou um relatório dizendo que o meta do governo de zerar o déficit primário em 2024 exigirá arrecadação adicional de R\$ 86,4 bilhões e o contínuo crescimento de despesas de R\$ 86,4 bilhões. Mas o governo diz que não há

verdade aumento de impostos e cortes no orçamento. O meta não se cumprirá. Os dados (do Tesouro) estão um pouco superestimados do ponto de vista das despesas, embora o desafio seja grande. Mas o conjunto de medidas que estamos mandando para o Congresso Nacional está muito bem fundamentado.

O Carf [referindo-se ao projeto em debate que altera regras dos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, beneficiando o contribuinte] por exemplo, era uma projeção no começo do ano, já é uma certeza. Há vários acordos prestacionados com o Fides [Instituto de Defesa do Investidor] e o Fidec [Fundo de Defesa do Consumidor]. Qual vai ser o dia em que nós vamos olhar para o problema e resolvê-lo?

Ainda assim, é tudo uma projeção. Uma coisa é quando você faz uma projeção de algo que está em processo. Outra é quando você já tem uma decisão [legislativa ou judicial], e a Receita faz a projeção.

Até por dever de ofício, a Receita é sempre muito conservadora para fins de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária. Nós estamos fazendo projeções bastante tímidas em relação ao potencial de arrecadação [de 2024].

No caso dos jogos [referindo-se à nova tributação de apostas esportivas], só para você ter uma ideia, acreditamos que vamos arrecadar entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões. Mas, para o Orçamento, vamos considerar apenas R\$ 3 bilhões, justamente para não gerar insegurança. No caso do STI, será incluído no crescimento pouco mais da metade do previsto.

O Boletim Focus, que resume as expectativas do mercado, mostra que há uma descrença dos agentes sobre o déficit no ano. A projeção é de um déficit de 0,8% em 2024. Mas paga as provisões de 2023 e 2024, o ano para o déficit de 2023. Era de 0,8%, foi cancelado e chegou a 1%. E eu já dizia em janeiro que terminariam os anos em direção de P&E deficitário. As pessoas foram apostando as suas provisões. Lembra disso?

É um compromisso "firme em cartório" o de que não haverá aumento de imposto? O que eu disse, e repito, é que nós estamos corrigindo distorções abor- das do nosso sistema tributário [que levará a um aumento de arrecadação].

O Brasil era o único país do mundo que tinha priorizado a sua Receita Federal [referindo-se à regra de que o empate no julgamento de uma dívida de impostos no Carf favorece as empresas, ficando o governo o vitor de desempate]. Chegou o voto de se perdermos o diálogo com a "população" [Organização para a Operação e Desenvolvimento Econômico, que reúne os países desenvolvidos] por que ela não aceitaria, dentre seus membros, um país com a Receita Federal priorizada. Era um escudo patrimonialista dos mais conservadores, uma das heranças péssimas do governo anterior, que está sendo corrigida. Lobbies poderosos sofreram derrotas importantes. Estamos promovendo a republicanização do Estado brasileiro.

Su próprio partido, o PT, teme que a base do déficit re- gere cortes de investimentos. Vamos lembrar que tem uma banda larga [bolsonarista] a meta]. Se for de R\$ 5 bilhões o déficit, está dentro da banda. Se for R\$ 5 bilhões de superávit, está dentro da banda.

E as despesas? Nós vamos apresentar um Orçamento um pouco menor do que previmos inicialmente porque a inflação caiu muito. O BC manteve o juro na estratosfera. E isso faz com que a apagação do crescimento econômico para o ano que vem seja um pouco menor do que nós imaginávamos. O BC está errado, mas ele, um dia, acerta.

O crescimento neste ano, apesar de ainda tímido, surpreendeu. Mas veio sobretudo do agronegócio. Já o consumo das famílias vai ter a pior variação desde a pandemia. Ou seja, não se vê nenhuma abertura "esperada do crescimento". Isso [forte crescimento] depende mais da autoridade monetária [o Banco Central, que define os juros], que hoje é independente, autônoma, do que do governo.

Do nosso ponto de vista, e do ponto de vista de todo o mundo que produz, o ciclo de baixa dos juros já deveria ter começado. Porque não há nenhuma ameaça inflacionária no horizonte.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 13